

DPMG ajuíza ação para garantir acesso adequado à educação de crianças e adolescentes na rede municipal de BH

ACP requer que o Município apresente, em caráter de urgência, planejamento de aulas remotas ou híbridas, além de fornecer meios adequados para o acesso de professores e estudantes ao ensino virtual

PÁGINA 2



Projeto 'Canto da Rua Emergencial' atendeu quase 8 mil pessoas em situação de rua em BH

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participa da ação, prestando orientações jurídicas e educação em direitos. A Instituição prestou 658 atendimentos no local. A participação é executada pela Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), com apoio de defensoras e defensores públicos de diversas áreas.

PÁGINA 3

Defensoria Pública de Minas Gerais atua em busca do direito social à moradia e à habitação digna

PÁGINA 4

DPMG e Banho de Amor distribuem roupas, produtos de limpeza e materiais de higiene pessoal para pessoas em situação de rua

PÁGINA 8

Revista da Defensoria abre chamada de artigos para a edição nº 7 e recebe trabalhos até 25 de junho

A Revista da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais lançou o Edital 01/2021, de chamada de artigos para publicação na edição nº 7 – maio/2021. A publicação oficial da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem como finalidade divulgar conhecimento científico jurídico voltado para disseminar pesquisas e exposição de diferentes pontos de vista que possam contribuir para atenuar a vulnerabilidade de grupos sociais.

O prazo final para encaminhamento dos artigos é 25 de junho de 2021, o que deve ser feito exclusivamente por mensagem dirigida ao e-mail: revista@defensoria.mg.def.br, devendo conter também um breve currículo de quem assina o trabalho.

[Leia na íntegra e acesse o edital](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque **PÁGINAS 2, 3 e 4**
- > Na mídia **PÁGINAS 2, 3 e 7**
- > Inspirando novas atitudes **PÁGINA 5**
- > Escola Superior | Pesquisa nacional **PÁGINA 6**
- > Mundo oficial | Solidariedade **PÁGINAS 7 e 8**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁGINA 9**

CORONAVÍRUS • COVID-19

Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG ajuíza ação para garantir acesso adequado à educação de crianças e adolescentes na rede municipal de BH

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Defensoria Especializada da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, ajuizou Ação Civil Pública (ACP), com pedido de liminar, para que o Município de Belo Horizonte implemente o planejamento de medidas que assegure às crianças e adolescentes da rede pública municipal de ensino o acesso adequado à educação, buscando minimizar os danos causados pela suspensão das aulas durante a pandemia da Covid-19.

A ACP pede provimento para que o Município apresente, no prazo máximo de 15 dias, sistema de aulas remotas online e/ou híbridas para a rede pública municipal de ensino, independentemente do retorno presencial.

Caso não seja atendido o prazo previsto, é prevista a aplicação de multa e que seja determinada a retomada presencial para toda a rede municipal, com o estabelecimento de critérios objetivos e seguros para tal, sob pena de nova multa diária para o caso de descumprimento.

No documento, a Defensoria Pública pede ainda a reorganização do calendário escolar 2020 e 2021 e o planejamento objetivo para o retorno presencial, com da-

tas e regras de adoção e regressão das aulas híbridas ou remotas, indicação dos parâmetros para monitoramento de surtos ou novo isolamento social, de modo que toda a comunidade escolar possa se organizar e garantir a continuidade do serviço público em qualquer fase da pandemia. Além disso, a ACP pede a efetiva inclusão digital de professores e alunos da rede pública municipal, com capacitação e fornecimento de equipamentos e acesso gratuito à Internet, independentemente do retorno presencial, de modo a assegurar a continuidade do serviço público, mesmo durante os períodos de suspensão das aulas presenciais por surto localizado ou agravamento da crise sanitária.

O Município, além de não aderir ao plano estadual Minas Consciente, também não desenvolveu nenhum plano minimamente eficaz para a prestação do serviço público de educação durante o período de impossibilidade de aulas presenciais, restringindo-se a enviar materiais complementares que não poderão ser computados como carga horária obrigatória para o ano letivo de 2020 e 2021.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a ACP](#)



NA MÍDIA

Defensoria Pública e MP pedem providências da Prefeitura de BH sobre volta às aulas

[MGTV 2ª edição](#)

Crianças de zero a cinco anos voltaram às escolas há três semanas. Retorno agora é uma cobrança da Defensoria e do Ministério Público

[Portal G1](#)

Defensoria quer que haja inclusão digital e aulas remotas ou híbridas

[Bom Dia Minas](#)

Defensora pública fala sobre ação da Defensoria para PBH apresentar plano de aulas remotas e híbridas na rede municipal

[Rádio Super](#)

Defensoria de Minas pede que BH adote aulas presenciais ou híbridas em 15 dias

[MGTV 1ª edição](#)

Defensoria quer obrigar BH a implantar sistema de aulas online e híbridas em até 15 dias

[Bom Dia Minas](#)

Defensoria Pública entra com ação para obrigar Prefeitura de BH a apresentar sistema de aulas online ou híbridas em 15 dias

[Portal G1 Minas](#)

Defensoria Pública de Minas quer que PBH una aulas presenciais e pela internet com cronograma claro

[Jornal Band Minas](#)

Defensoria Pública entra com ação para PBH apresentar plano de aulas presenciais

[Portal Jornal O Tempo](#)

Defensoria Pública entra com ação contra PBH pedindo planejamento de aulas presenciais

[Rádio Itatiaia](#)

Defensoria pede que BH apresente projeto de aulas online ou híbridas

[Portal R7](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Projeto ‘Canto da Rua Emergencial’ atendeu quase 8 mil pessoas em situação de rua em Belo Horizonte

Iniciativa tem a participação da Defensoria de Minas, que presta atendimento jurídico gratuito e educação em direitos na Serraria Souza Pinto

O projeto “Canto da Rua Emergencial”, iniciativa da Pastoral de Rua da Arquidiocese de BH e parceiros, que tem o propósito de apoiar e oferecer atendimento em diversos serviços para pessoas em situação de rua em Belo Horizonte diante do cenário da pandemia de Covid-19, prestou 164.752 atendimentos desde seu início, em junho de 2020.

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participa da ação, prestando orientações jurídicas e educação em direitos. A Instituição prestou 658 atendimentos no local. A participação é executada pela Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), com apoio de defensoras e defensores públicos de diversas áreas. Os atendimentos do projeto

Foto: Claudinei Souza/DPMG



“Canto da Rua Emergencial” na Serraria Souza Pinto continuam até o dia 30 de junho.

Para a realização do “Canto da Rua Emergencial”, instituições públicas e voluntários se uniram para dar mais efetividade ao trabalho realizado, possibilitando que a população em situação de rua tenha acesso a seus direitos, ainda mais alijados, em função da pandemia. Foram atendidas no total, até o momento, 7.833 pessoas em situação de rua, uma média de 795 por dia. Atendimentos biopsicossociais somaram 40.711. A Defensoria Pública fez 658, o Ministério Público, 568, e o Centro de Defesa, 77 atendimentos.

O balanço parcial da ação foi apresentado no último dia 20 de maio, na Serraria Souza Pinto, onde os atendimentos são realizados. A Defensoria Pública foi representada pelo assessor Institucional Wilson Hallak Rocha. Também esteve presente a defensora pública Júnia Roman Carvalho, que participou dos atendimentos ao público. Durante a divulgação também foram apresentadas perspectivas de projetos futuros em favor da população em situação de rua.

[Leia a matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

Projeto atendeu quase 8 mil pessoas em situação de rua em Belo Horizonte (MG)

[Portal CNJ](#)

Atuação da DPMG garante doação de órgão para criança

A atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais possibilitou que um bebê de 11 meses conseguisse fazer um transplante de fígado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. A criança foi diagnosticada com atresia de vias biliares, doença que causa inflamação e obstrução progressiva dos ductos biliares. É a causa mais comum de transplante hepático em crianças e pode evoluir para cirrose e óbito, caso não seja tratada precocemente. O doador do órgão reside na cidade de Conceição do Mato Dentro e não é parente da criança. É amigo do pai e, por um ato de amor ao próximo, doou parte do seu fígado.

Por não ser um caso de doação entre pessoas não consanguíneas, foi necessária autorização judicial para a realização do transplante, conforme os requi-

sitos estabelecidos pelas normas reguladoras – Lei 9.434/97 e Decreto 9.157/2017.

A Unidade da Defensoria Pública em Conceição do Mato Dentro, por meio da defensora pública Izabella Pires Costa, encaminhou pedido de alvará judicial à Vara única da comarca (Processo nº 5000278-04.2021.8.13.0175). A defensora pública acompanhou o atendimento de todos os requisitos necessários para o transplante, juntando aos autos o termo de autorização de doação de órgãos e tecidos subscrito pelo requerente e com a qualificação e assinatura de duas testemunhas, assim como e-mail encaminhado pela equipe técnica do hospital detalhando todo o procedimento para a realização do transplante.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a sentença](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG atua em busca do direito social à moradia e à habitação digna

Apesar de a moradia – uma das necessidades mais básicas do ser humano – ser um direito social garantido pela Constituição da República, e um direito fundamental desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos –, ainda existe uma grande parcela da população brasileira que não tem acesso à habitação. A discussão sobre moradia torna-se ainda mais pertinente agora com a pandemia, que tem como principal indicação o isolamento social.

A Defensoria Pública de Minas Gerais tem expressiva atuação extrajudicial e judicial em busca do direito social à moradia e à habitação digna. Atua em conflitos fundiários rurais, socioambientais e urbanos, zelando pela observância da função social, com o objetivo de minorar a exclusão social da população carente.

Um exemplo é a atuação da Instituição em defesa das famílias moradoras do entorno do Córrego Ferrugem, em Belo Horizonte e Contagem, que foram removidas pelo Governo do Estado para construção de bacias de contenção de cheias (Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental do Córrego Ferrugem). O projeto implicou na remoção, em 2016, de várias famílias que residem ao longo do Córrego Ferrugem há anos com direito à regularização fundiária. O plano do reassentamento das famílias contemplava a construção de apartamentos com a previsão de conclusão para janeiro de 2015.

O Estado não vai mais executar a obra de construção dos imóveis e garantiu o reassentamento de apenas 304 famílias. Hoje, há 332 famílias que estão no aluguel social, recebendo R\$ 500 desde 2016 sem reajuste e sem perspectiva de serem reassentadas, já que o contrato de construção das unidades habitacionais foi rescindido.

A Defensoria de Minas ingressou com uma ação civil pública (ACP) em defesa dos direitos destas famílias. “A ACP tem por objeto defender os interesses das famílias que foram removidas para a construção das três ba-

cias de contenção de cheias. Apesar de o projeto ter iniciado em 2009, as bacias não foram construídas porque o Estado rescindiu o contrato com o Governo Federal”, explica a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos Coletivos e Socioambientais (DPDH), e está à frente da ação.

O caso ganhou novo capítulo no dia 12 de maio último, quando o Estado e as prefeituras de Contagem e Belo Horizonte firmaram um acordo para a realização das obras de contenção de enchentes.

Outra situação em Belo Horizonte que a Defensoria Pública de Minas acompanha por meio da DDPH são as ocupações por famílias sem moradia de três casarões situados no Bairro de Lourdes, na Região Centro-Sul da cidade. Tombadas pelo Patrimônio Histórico Municipal, as edificações estão abandonadas há mais de uma década, em franco processo de deterioração, conforme alega o Movimento de Libertação Popular (MLP), que apoia as ocupações. Os proprietários negam o abandono. Dois deles entraram com ações de reintegração de posse no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O TJMG chegou a determinar a saída dos ocupantes, decisão contestada pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público de Minas Gerais, que alegaram a situação de vulnerabilidade das famílias, sobretudo durante a pandemia. O juiz, então, resolveu ouvir os autores da ação para decidir sobre o caso.

Em outra ação, a juíza responsável pelo caso condicionou a concessão da liminar à adoção de medidas de assistência aos vulneráveis pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em decisão proferida em 30 de abril, a magistrada deu 15 dias para que a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) providencie abrigo às famílias instaladas no local.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Condição dos imóveis do plano do reassentamento das famílias moradoras do entorno do Córrego Ferrugem durante vistoria realizada pela DPMG em 2018



Casa ocupada na Rua Santa Catarina
Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Imóvel localizado na Avenida Olegário Maciel foi batizado de Ocupação Casa Verde
Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público-geral participa de seminário sobre Execução Penal

Iniciativa da OAB-MG e IAMG teve como discussão central a importância da Execução Penal como disciplina acadêmica específica

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, participou, na sexta-feira (21/5), do seminário “Criminalistas pela Democracia – Um olhar necessário para a execução penal”. A iniciativa foi promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil – seção Minas Gerais (OAB-Minas Gerais) e pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). O seminário teve como objetivo discutir, principalmente, a ausência da disciplina específica de Execução Penal no ensino do Direito.

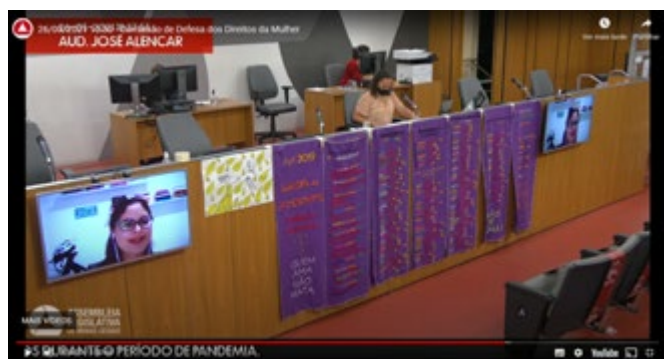
A abertura do seminário foi realizada pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia. Para o encerramento do evento, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, enviou mensagem na qual afirmou a importância da iniciativa, “que muito tem a contribuir para identificar os pontos de retrocessos, que devem ser combatidos, e os avanços do Estado Democrático de Di-



reito, sobretudo e na defesa das liberdades públicas, nos direitos individuais e das garantias fundamentais”.

Em sua fala, o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares, que atua na área Criminal, falou sobre as dificuldades em se encontrar profissionais para atuação, especificamente, na área de execução penal, muito em função da ausência da disciplina nas universidades.

[Leia a matéria na íntegra](#)



Defensora pública aborda combate ao feminicídio em audiência na ALMG

A defensora pública Diana Moura, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem/BH), participou na quarta-feira (26/5) de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), promovida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, com temática sobre o fim do ciclo da violência doméstica. Participantes discutiram a respeito dos novos dados da crescente violência de gênero e enfatizaram a luta pelo combate e punição ao assassinato de mulheres.

Representando a Defensoria Pública de Minas Gerais, Diana Moura se posicionou sobre a necessidade de acolher as mulheres vítimas de violência doméstica, com a interiorização dos equipamentos, serviços e ações de prevenção e proteção às vítimas em todo o estado.

[Acesse AQUI para assistir o vídeo completo da reunião.](#)



Defensor público mineiro debate 'LGBTQ+ e Sistema Carcerário' em live do Condege

O defensor público Paulo Cezar Azevedo de Almeida participou na quinta-feira (27/5) do projeto “DialogAção”, promovido pela Comissão de Escolas e Centro de Estudos Jurídicos do Condege, com o apoio da Anadep.

Este foi o primeiro episódio da série. Os eventos serão mensais, em âmbito nacional, e têm como objetivo estabelecer um diálogo sobre diversos assuntos, de forma integrada entre as Defensorias Públicas de todo o país.

Durante a conversa, o defensor público mineiro falou sobre o tema “LGBTQ+ e Sistema Carcerário”. Também participaram do debate a defensora pública Vanessa Alves Vieira, de São Paulo, e o defensor público Victor Oliveira Ribeiro, do Espírito Santo.

O evento disponível no canal da Anadep no YouTube.

[Clique aqui para assistir.](#)



ESCOLA SUPERIOR

Palestra ‘Comunicação não violenta no ambiente de trabalho’ está disponível no canal da DPMG no YouTube

A palestra online “Comunicação não violenta no ambiente de trabalho”, ministrada na terça-feira (25/5) pela defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc) “Paz em Ação”, está disponível no canal da Defensoria Pública de Minas Gerais no YouTube (c/defensoriamineira).

Durante o evento, que teve o apoio da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG), Francis Coutinho abordou como melhorar a comunicação nas empresas, por meio da compreensão do nosso modo de comunicar e da capacidade de ouvir as necessidades do próximo. Falou sobre a importância da comunicação para evitar conflitos, a diferença entre a comunicação verbal e a escrita, como observá-las e praticá-las no trabalho remoto e no uso da tecnologia. Explicou ainda como surgiu a Comunicação Não Violenta (CNV), os valores a serem desenvolvidos e passou algumas sugestões



para que as reuniões remotas sejam mais produtivas.

O projeto Mesc é desenvolvido pela DPMG em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). A superintendente regional de ensino Gláucia Cristina dos Santos Ribeiro participou do encontro.

[Clique aqui para ver a palestra.](#)

ESDEP INFORMA

Cursos disponibilizados pela Seplag para o mês de junho

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), por meio da Diretoria Central de Gestão do Desempenho e Desenvolvimento, apresenta os cursos para o mês de junho: “Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral no Trabalho – Módulo servidor”, “Linguagem de programação R” e “Introdução à linguagem de programação Python”.

[Clique aqui para ver o folder.](#)

Não haverá limitação de vagas, contudo haverá período de inscrição e duração da turma. O próprio agente público fará o seu cadastro e inscrição, de 26/5 até 10/06/2021. Caso já tenha realizado o cadastro na plataforma Moodle em outro momento, basta fazer a inscrição nos cursos acima mencionados, sem precisar fazer o cadastro no ambiente virtual novamente.

[Veja tutorial com orientações para cadastro e inscrição.](#)

PESQUISA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA 2021

Condege, CNCG e DPU divulgam resultados da pesquisa

O Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege), o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG-DPE-DF-DPU) e a Defensoria Pública da União (DPU) lançaram os resultados da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública 2021 na sexta-feira (21/5). A transmissão aconteceu ao vivo no canal oficial do Condege no YouTube e contou com a participação da presidente do Condege, Maria de Nápolis, do presidente do CNCG, Marcus Edson, e do defensor público-geral federal (DPU), Daniel de Macedo.

Com os resultados da Pesquisa foi possível mapear as necessidades mais relevantes e unificar o trabalho das De-

fensorias Públicas. A iniciativa é parte do projeto Acesso Global à Justiça (*Global Access to Justice*) que, no último ano, mapeou a situação atual das Defensorias Públicas em todo o país. De maneira conjunta e colaborativa, envolvendo mais de 5 mil participantes, entre defensoras e defensores públicos, servidoras e servidores públicos, o estudo levantou as principais demandas das instituições.

Durante a videoconferência, Maria de Nápolis comemorou a conquista para que o acesso à justiça seja melhor viabilizado. “Esse produto elaborado é muito grandioso, aprofunda nosso senso de unidade e será muito útil para todas as Defensorias do país”.

[Leia na íntegra e acesse os resultados da Pesquisa](#)

NA MÍDIA

Defensora pública fala sobre violência contra mulher em reportagem da TV Band Minas

A coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem/BH), da Defensoria Pública de Minas Gerais, Samantha Vilarinho Mello Alves, participou na sexta (21/5) de reportagem da TV Band Minas sobre violência sexual contra mulheres.



O conteúdo foi exibido no programa *Brasil Urgente* e no *Jornal Band Minas*. Durante a reportagem, que abordou dados sobre a violência sexual, a defensora pública falou sobre aumento dos casos de violência doméstica durante a pandemia e as providências que as mulheres precisam tomar após sofrer violência sexual. Samantha Vilarinho explicou que as mulheres que sofrem violência sexual devem procurar uma Unidade de Saúde no prazo de até 72 horas, onde “poderão colher o material genético necessário para a análise de um crime e sua comprovação”.

O Nudem/BH faz acolhimento e presta assistência jurídica gratuita a mulheres em situação de violência.

Clique nos links abaixo para ver as reportagens:

[Brasil Urgente](#)
[Jornal Band Minas](#)

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral participa da formatura de contadoras de histórias da Apac de BH

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, participou da solenidade de formatura das primeiras turmas do programa “Caminhos e Contos – A ressocialização pela palavra”. A formatura aconteceu na quarta-feira (26/5), em formato virtual, com transmissão pelo YouTube. Na abertura, houve a apresentação virtual da Orquestra Jovem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, seguida da saudação do presidente do TJMG, Gilson Soares Lemes.

O projeto é uma iniciativa conjunta da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e do programa Novos Rumos, do TJMG, e foi implantado na Apac Feminina de Belo Horizonte com o objetivo de contribuir para a ressocialização das recuperandas a partir de seu contato com as histórias tradicionais da literatura oral e



escrita. No total, 33 internas participaram das 12 oficinas semanais de formação de contadoras de histórias, com a pesquisadora, contadora de histórias e servidora aposentada do TJMG, Rosana de Mont'Alverne Neto.

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



Defensor público-geral recebe parlamentares e dirigente da OAB Itajubá

Na terça-feira (25/5), o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu em seu gabinete o deputado estadual Ulysses Gomes; o assessor legislativo Francisco Eduardo Moreira; o presidente da OAB/MG-subseção Itajubá, Alexandre Masselli; e o vereador Pedro Gama, também de Itajubá. Durante o encontro foram tratados assuntos institucionais e projetos de interesse da Defensoria Pública.

MUNDO OFICIAL

Desembargador Otávio Portes recebe homenagem no dia de sua aposentadoria

Antes de exercer a magistratura, desembargador atuou 14 anos como defensor público

A 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizou sessão solene para homenagear o desembargador Otávio Abreu Portes, que se aposentou, no dia 26 de maio (foto ao lado).

Antes de ingressar na magistratura, o desembargador Otávio Portes foi defensor público por 14 anos (1981-1995). Participou da fundação da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), compondo a primeira diretoria eleita como 2º secretário.

Em 2017, Otávio Portes foi homenageado pela Defensoria Pública de Minas com a Medalha do Mérito DPMG pelos relevantes serviços prestados à Instituição e contribuição para o seu engrandecimento.

Foto: Mirna de Moura/TJMG

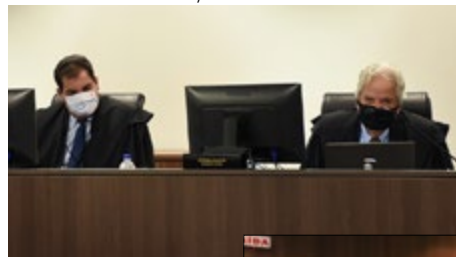
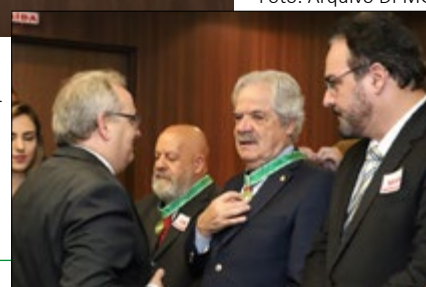


Foto: Arquivo DPMG

O subdefensor público-geral à época, Wagner Geraldo Ramalho Lima, concedeu o desembargador Otávio Portes com a Medalha do Mérito da DPMG



CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE

DPMG e Banho de Amor distribuem 450 kits de enxovais, 5 mil máscaras, produtos de higiene e alimentos para pessoas em situação de rua



Defensoria de Minas participa da Campanha #CalorHumano: "Distribua abraços, doe um agasalho"

Parceira com o Servas, a 7ª edição da campanha neste ano traz o tema "Distribua abraços, doe um agasalho".

[Saiba como participar](#)

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Associação Banho de Amor promoveram em parceria uma campanha de arrecadação solidária de alimentos, roupas, produtos de limpeza e materiais de higiene pessoal. A finalidade foi apoiar os indivíduos em situação de rua e atingidos pela crise financeira durante a pandemia de Covid-19.

Ao todo, foram doadas 5 mil máscaras faciais de proteção à Covid-19, 80 travesseiros, 80 fronhas, 80 lençóis de solteiro, 80 toalhas de rosto, 80 toalhas de banho e 50 cobertores. E ainda roupas, calçados, cestas básicas, caixas de leite, achocolatados, pacotes de biscoitos, desodorantes spray, escovas de dente, fio dental, pastas de dente, sabonetes, aparelhos de barbear, shampoos, cremes e buchas. Já foram distribuídos 450 kits de enxovais para famílias carentes e comunidades terapêuticas parceiras.

Interessados em participar da campanha podem entregar as **doações até as 17 horas de 31 de maio** na sede da DPMG em Belo Horizonte, na Rua dos Guajajaras 1.707, Barro Preto.

[Saiba mais sobre a parceria DPMG e Banho de Amor](#)

